

CPT Pastoral da Terra  
mar/mai/1999 8 e 9  
32

SEMINÁRIO

# Urucu: solução ou problema?



Nos dias 5 a 8 de abril de 1999, foi realizado em Manaus (AM) o 2º Seminário sobre o Gás Natural de Urucu, organizado pela Comissão Pastoral da Terra do Amazonas. O encontro contou com a participação de representantes da sociedade civil das regiões afetadas pelo gasoduto e onde se prevê a construção da Segunda etapa (Coari-Manaus e Urucu-Porto Velho). Participaram também autoridades, especialistas, organizações não governamentais nacionais e internacionais, bem como representantes da Petrobrás (empresa responsável pela exploração do gás) e do poder público municipal e de órgãos do Estado. Ficou evidente a sonegação de informações e a falta de transparência em torno do projeto tanto por parte da Petrobrás como por parte dos governos estadual e federal.

O Seminário produziu um documento final em que a sociedade civil reivindica participação no processo de discussão e decisão em torno do modelo energético do Amazonas, e mais especificamente em torno do projeto de exploração do gás natural de Urucu. Infelizmente, o governo estadual, bem como a empresa, de forma autoritária, tem ignorado estas reivindicações e (conforme o Jornal A Crítica - 04/06/98) já foram assinados os protocolos de cooperação entre Governo e Petrobrás para a cooperação na segunda etapa das obras do gasoduto. Abaixo reproduzimos o documento final do Seminário.

DOCUMENTO FINAL

## 2º Seminário sobre o Gás Natural de Urucu

Nós, representantes de entidades da sociedade civil amazônica e dos afetados pelo Projeto, reunidos em Manaus durante os dias 5 a 8 de abril de 1999, no 2º Seminário sobre o Gás Natural de Urucu organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT-Amazonas), para analisar os efeitos do Projeto, particularmente ocorridos até o presente em Coari e discutir suas perspectivas, observamos que:

- 1- É premente a necessidade de se discutir uma nova estratégia de desenvolvimento para a Amazônia, baseada nos princípios de sustentabilidade social, ambiental e econômica, partindo das potencialidades da região e valorizando as populações tradicionais e ribeirinhas que aqui vivem;
- 2- Estamos de acordo que há necessidade de aumentar o esforço de geração de energia elétrica na Região, visando atender, de forma permanente e confiável, a crescente demanda tanto do setor industrial, como para fomentar o desenvolvimento das pequenas comunidades ribeirinhas localizadas nos pontos mais longínquos da Amazônia;
- 3- Entendemos que o Gás Natural deve ser considerado como uma importante alternativa para geração de energia elétrica na Região. No entanto, não devem ser descartadas outras possibilidades igualmente importantes, que não estão sendo consideradas adequadamente pelos órgãos ligados aos setores energéticos e tampouco pelos governos estaduais;
- 4- Em decorrência da implantação do Projeto, a cidade de Coari, foi afetada por problemas ambientais, econômicos e sociais, tais como: o aumento da prostituição, principalmente a infantil, o aumento de doenças sexualmente transmissíveis, o aumento do êxodo rural, crescimento do desemprego e da violência urbana. Apesar disso, até o momento as medidas adotadas por parte da Petrobrás e pela Prefeitura Municipal não foram capazes de reduzir esses efeitos;
- 5- As populações ribeirinhas residentes nas margens dos rios Urucu e Solimões também vêm sofrendo com os impactos negativos do Projeto, destacando-se a destruição dos igarapés, diminuição da oferta de pescado e de caça, bem como, a destruição de recursos naturais de subsistência como a água, castanheiras e outras espécies florestais;

- 6- A população afetada não foi consultada previamente sobre a implementação das obras para explorar o Gás Natural de Urucu. As decisões foram tomadas sem transparência, sem discussão e sem informação à sociedade local. A Audiência Pública não se constituiu num instrumento adequado de participação após a elaboração do EIA/RIMA, havendo a necessidade de garantir que as populações afetadas participem desde o início do Projeto, quando da elaboração da carta proposta, elaboração do Termo de Referência para o desenvolvimento do EIA/RIMA, bem como do acompanhamento e fiscalização das ações mitigadoras propostas;
- 7- O estudo dos impactos ambientais deixou de apresentar, de forma clara e compreensível, a análise das alternativas energéticas para Manaus e Porto Velho, e os motivos pelos quais o Gás de Urucu foi preferido entre as diversas possibilidades;
- 8- Os planos atuais que optam pela construção de gasodutos entre Coari e Manaus e entre Urucu e Porto Velho representam danos ambientais, sociais e econômicos irreversíveis para as populações atingidas;
- 9- O gasoduto Coari-Manaus significa a abertura do estado do Amazonas ao longo do trecho desmatado, desencadeando o acesso facilitado para as madeiras e fazendeiros, e colocando em risco as cidades amazonenses de Manacapuru, Anamá, Anori e Codajás;
- 10- A proposta de gasoduto entre Urucu e Porto Velho significa a abertura do sudoeste do Estado do Amazonas para as madeiras, fazendeiros do gado e da soja e colonos. Tudo isso tem como resultado a destruição da cultura e da economia sustentável dos ribeirinhos dessas regiões, e a ameaça de áreas indígenas - Paumari, Juma, Isolados do Jacareúba - assim como a destruição da floresta tropical;
- 11- A definição de alternativas energéticas para as regiões da Amazônia é de fundamental importância para o futuro bem-estar da população da região, desde que seja sustentável do ponto vista social, econômico e ambiental.

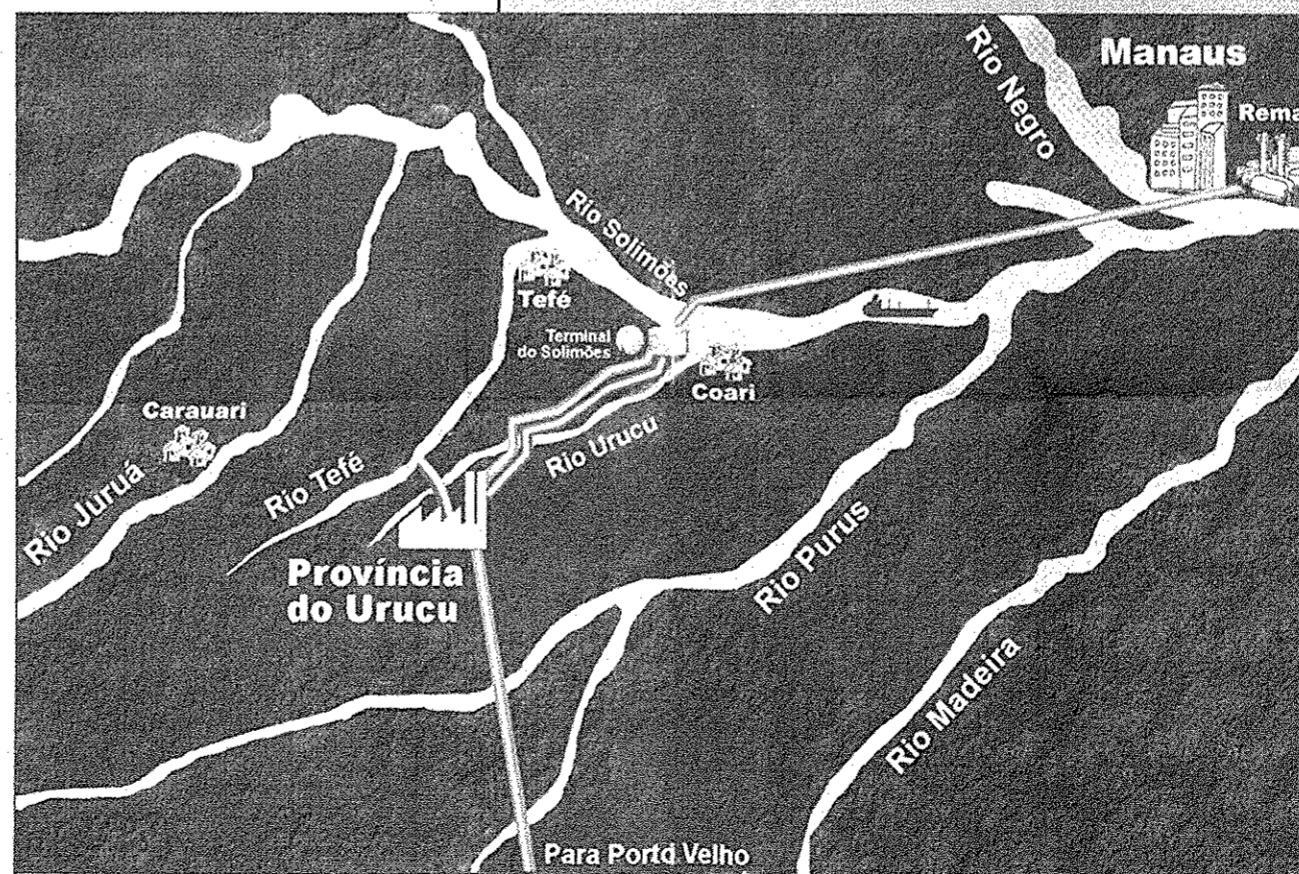
Sendo assim, exigimos que:

- 1- Sejam tornadas públicas as análises, informações e ponderações que embasaram a decisão de optar pelo Gás Natural de Urucu para suprir o déficit energético

da região Amazônica;

- 2- Os planos de financiamento, inclusive empréstimos ou investimentos internacionais das referidas obras sejam tornados públicos;
- 3- O projeto do Gás Natural de Urucu seja paralisado até que os poderes públicos, estadual e federal, e a Petrobrás viabilizem um processo amplo de informação e discussão com a sociedade regional sobre alternativas energéticas para a Amazônia, que comece com o fornecimento de todas as informações técnicas e financeiras existentes sobre as alternativas existentes (como por exemplo, Guri - Venezuela, Silves, Tucuruí, etc), bem como o debate sobre os meios mais adequados para o transporte e aproveitamento energético de gás, e que leve em consideração a experiência do Urucu até o presente;
- 4- Sejam adotadas medidas imediatas com a finalidade de reverter os efeitos danosos às populações afetadas, tanto no aspecto social, como no ambiental e econômico;
- 5- As fontes energéticas atendam primordialmente as necessidades básicas das comunidades regionais.
- 6- Seja criada uma comissão paritária, composta pelo governo, pela sociedade civil e pelas empresas do setor energético, com o objetivo de debater a política energética do estado do Amazonas.

Manaus-AM,  
08 de abril de 1999.



## Urucu e os povos da floresta

Iremar Antonio Ferreira\*

No final do século passado, iniciou-se a construção de uma ferrovia no "nortão" do país, para transportar a famosa seringa, ou o "ouro branco da floresta amazônica". Nasceu de um projeto mirabolante, fruto de uma negociação entre as diplomacias brasileiras e bolivianas, para resolverem a questão do Estado do Acre, que já havia sido palco de muitos conflitos entre seringueiros brasileiros e bolivianos.

Coube ao Brasil, dar o empurrão maior neste projeto que seria o filão do "ouro branco", por onde se transportaria centenas, milhares, milhões de toneladas de látex.

Para dar cabo desta construção, as empresas (digo as empresas porque foram várias, inclusive algumas delas faliram no decorrer do projeto), que assumiram sua construção lançaram mão de toda estratégia de defesa, principalmente contra os povos indígenas que habitavam na região do trajeto da Madeira Mamoré. Eram os Pacaás Nova, Karipuna, Bocas Negras entre outros.

Inicialmente, foram aliciando indígenas que "apareciam" nos canteiros de trabalho e davam-lhes trabalhos em troca de comida. Muitos destes doentes com o contato acabavam morrendo, haja visto que os construtores mal prestavam socorro a seus engenheiros vindos da Europa, Estados Unidos, Índia... Vendo suas terras e seu povo sen-

do exterminado aos poucos, alguns indígenas, desesperados tentavam barrar a construção desmanchando os trechos construídos durante o dia. Mas, logo a estratégia dos ferroviários foi energizar os trilhos. Eletrocutados dezenas, centenas de indígenas morreram, para dar lugar ao interesse do homem "branco".

Um século depois, novas investidas de "desenvolvimento" na Amazônia retomam a saga amazônica, a exploração irracional, sem se preocupar com as gerações futuras destes povos amazônicos que vivem e sobrevivem da rica floresta amazônica.

Em Coari - AM, em 1998, quando da realização do Primeiro Seminário para discutir a exploração do Gás Natural de Urucu e suas consequências para as populações locais, ficou explícito que a degradação humana e natural se fazia sentir naquela localidade. As ditas "autoridades" vão para Urucu de helicóptero, de avião. Não vão de barco e ouvindo as milhares de pessoas ribeirinhas que tiveram seu ecossistema local alterado, sua vida social quebrada em virtude da tramitação intermitente de embarcações pequenas ou grandes próximas a seus portos, plantações, locais de pesca entre outros.

Na cidade de Coari, onde se estabeleceu a base da Petrobrás, centenas de homens tornaram prostitutas: jovens, meninas, mulheres que agora vendem seus corpos como um produto a mais no mercado da beira do cais. Transformaram a vida da pacata cidade do interior numa metrópole de forasteiros. Os índices de violência de 5 passaram para 80% em um ano. Doenças sexualmente transmissíveis alarmam os poucos médicos locais.

Na região ribeirinha o sofrimento é parecido. O ribeirinho não pode mais ir pescar tranquilo, muito menos passar com suas rústicas embarcações. Vem a lancha, a balsa e o rebocador e alagam tudo, espantam os peixes e causam até a morte de remeiros menos experientes. Isso é fruto do Progresso...

Com essas colocações o caro leitor pode dizer: "mas de Urucu para Porto Velho não vai ser assim, pois vai pegar só floresta". Isso é verdade, mas o provável traçado do Gasoduto Urucu/Porto Velho vai passar cortando terras indígenas, re-

servas extrativistas ou parques de preservação, causando violação na integridade física e territorial destes povos. Há povos indígenas contatados e sem-contato na região de Lábrea-AM que serão agredidos por este projeto.

Nas entrevistas de nossos representantes políticos, eles se quer mencionam que será feito um relatório de impacto ambiental e social na região. Mas falam que o protocolo já está assinado. A parte deles está feita, agora cabe à sociedade correr atrás para evitar que as agressões a estas comunidades sejam concluídas. A eles cabe os interesses políticos e financeiros, ficando para a sociedade atingida e de defesa dos direitos humanos, a responsabilidade de correr em defesa das vidas comprometidas.

Daí brota uma pergunta: será que feito o relatório de impacto ambiental os problemas serão sanados? Digo veemente que não. Em Coari, a Universidade do Amazonas apontou diversos problemas que atingiriam a sociedade local e quais as precauções. Contudo, estas medidas mitigadoras de impacto social e ambiental foram jogadas nas águas escuras do Rio Solimões e até hoje a sociedade coariense e ribeirinha está pagando pelos erros da Petrobrás.

Quem nos garante que o corte das terras indígenas, reservas florestais e reservas extrativistas não serão impactantes? E o assoreamento dos igarapés que serão cortados pela tubulação? a abertura de uma clareira de Porto Velho a Urucu não favorecerá a entrada de madeireiros ávidos por novas frentes de exploração deste recursos naturais? Quem dará garantia de que essas terras não serão leiloadas por grileiros de terras da Amazônia...?

São muitas as interrogações que gostaríamos que nossos representantes fizessem, para poderem apoiar também medidas mitigadoras eficazes, tendo por exemplo a região de Coari, a fim de que não façamos a virada do milênio exterminando no marco dos 500 Anos os povos indígenas amazônicos que ainda resistem, enfrentando todo tipo de violência. Sem dúvida não aceitaremos calados que os interesses politiquês e financeiros de empresas de transporte falem mais alto que a voz dos amazônidas que "teimam" em garantir a Biodiversidade de Vida existente na Amazônia.

Não somos contra o uso dos recursos naturais, a exemplo do Gás Natural de Urucu. Porém, exigimos que a estratégia de hoje não seja a utilizada na estrada de ferro (eletrocutar os oponentes) e sim que, seja dado o direito de falarem e serem ouvidos, estes homens e mulheres, que sem dúvida não serão os beneficiários diretos deste projeto, mas sim os mais prejudicados...

\*Bacharel em História e Assessor da CUNPIR